



**ATA N.º 06/XIII-1º/2021-25**

**1 - Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:**

**1 - Período de Intervenção dos Cidadãos**

**3 - Período da Ordem do Dia (continuação)**

**3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022”;**

**3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022”;**

**3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 da WEMOB”;**

**3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB”;**

**3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Atualização de Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2022”;**

**3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2022”;**

**3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da Minuta de Adenda ao Acordo celebrado entre a CMA e a REN”;**

**3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”;**

**3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Isenção de pagamento de estacionamento para a semana de 2 a 9 de janeiro de 2022”.**

**2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.**

**3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**

**3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**

**José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).**



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**

**4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.**

**4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento dos/as cidadãos/ãs Olga Natália Maia Mariano (PS) e Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro por impedimento dos/as cidadãos/ãs Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE), por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE), Nuno de Avelar Pinheiro (BE) por impedimento do cidadão Miguel Alexandre Rocha Marques (BE).**

**4.1.2 – A Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Palhotas Pacheco (PS), a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto (PS), o Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vitor Miguel Pereira Lourenço (PS).**

**4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta das Senhoras Deputadas Municipais Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU) e Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).**

**4.2 - O Presidente informou o plenário da ausência da Senhora Vereadora Francisca Parreira sendo substituída pelo Senhor Vereador Gabriel Machado da Rosa, da presença da Senhora Vereadora Mara Rita Silva Martins em substituição da Senhora Vereadora Helena Manuela Gil Azinheira e Senhor Vereador Fernando Cordeiro Cruz em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.**

**5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.**

**5.1 – Usou da palavra o Senhor Município Nuno Dias;**

**5.1.1 – O Senhor Município Nuno Dias:**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

**Nós já viemos na véspera e antevéspera, mas hoje trazemos uma componente fotográfica que, peço ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que seja distribuído pelas bancadas.**

**Eu gostava de falar sobre o caso dos passadiços do Paiva que não tem nada a ver com esta Câmara Municipal, e que são do meu agrado com um detalhe, eu não sou de Arouca. É tudo muito bonito, mas também ouvi as queixas como motorista, ouvi as queixas de pessoas que, desde que há os passadiços não vêm as lontras, vêm a ave e fauna reduzida a um terço, e tudo isto não tem tempo de regenerar durante o período de inverno. No entanto, reconheço que em termos de turismo para uma região como Arouca, seja uma mais valia haver passadiços. Cria postos de trabalho, e cria algumas infraestruturas que podem ser do interesse de quem queira conhecer a Serra da Paiva, que é do desconhecimento praticamente imagino que, metade da população portuguesa.**

**No caso da Mata dos Medos, que é uma reserva botânica e que faz parte de uma paisagem natural, da Arriba Fóssil, nós sofremos de uma grande, grande pressão, de março a outubro, porque**



infelizmente os verões são cada vez maiores, de pessoas que vêm, que não são daqui, pessoas que não têm um mínimo de cuidado, pessoas que estacionam à beira da estrada e não permitem a passagem nem de ambulâncias, nem de carros de Bombeiros se houver um incêndio, portanto, está visto que agora a pressão está mais do que criada, porque se a Mata dos Medos desencorajava o pisoteio, os passadiços são um convite. Os passadiços são em madeira, provocam um barulho estrondoso nos animais, que desaparecem no raio de 1 Km para cada lado. Para não falar da ave e fauna que passa por ali na sua rota migratória.

Um deles que seria muito importante e pouparia muito dinheiro à Câmara Municipal de Almada, que era instalar ninhos para chapinho azul e reais, que acabavam com a proçessionária do pinheiro, sem ser preciso recorrer a pesticidas.

Nós já sabemos, já nos foi dito, que a responsabilidade é do Instituto da Conservação da Natureza que desde o Governo Passos Coelho, agora é Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, portanto, é uma agência de autorização de ordenamento de território em troca de algumas contrapartidas monetárias, e gostaríamos de saber, até que ponto é que a Câmara Municipal de Almada, vai dizer que aquilo não é responsabilidade dela. Porque é da responsabilidade dela. Aquilo que está ali a ser feito é da Câmara Municipal de Almada com autorização do Instituto de Conservação das Florestas a quem tiveram que pedir autorização para fazer aquilo. Aquilo é um abate indiscriminado de pinheiro manso, para venda de madeira que é uma matéria prima que está caríssima, por causa da construção estar em alta. E toda a gente sabe disso. E nós pedíamos o favor, o favor, de não nos continuarem a enganar, porque nós já estamos fartos de quem vem de Campo de Ourique, ou seja, lá de onde vem, para aqui, achar que isto, que os nossos recursos naturais são para ser explorados. Que espécie de neocolonialismo é este? A Margem Sul não é Angola de 1960.

Por favor, prezem o que é nosso e o que é de todos.”

**5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Nuno Matias.**

**5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu começo por agradecer ao Senhor Município Nuno Dias, a sua intervenção, porque penso que me permite esclarecer aqui alguns mal-entendidos. A sua intervenção permita-me que lhe diga, demonstrou:

Em primeiro lugar, não! A obra não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada. Não é.

Em segundo lugar, naturalmente, a obra não é para vender madeira a multinacionais. E, portanto, não. Quero descansar-lo já, não há aqui nenhuma atitude de neocolonialismo, dos habitantes de Campo de Ourique. Esteja descansado, esse perigo não existe.

Agora, vamos talvez falar de uma forma um pouco mais séria sobre um assunto importante, e esclarecer as pessoas de uma vez por todas.

Em primeiro lugar, os passadiços fazem parte de um projeto piloto do ICNF, em várias zonas protegidas do nosso território nacional, e com um objetivo. Primeiro objetivo essencial. Sim, há uma grande pressão durante a época balnear, era fundamental regular a circulação das pessoas na Mata dos Medos. E agora, as pessoas sabem que só podem passear na Mata dos Medos, por aqueles passadiços, para além de um detalhe, permitir também às pessoas com mobilidade reduzida usufruírem da Mata dos Medos. Essa era a primeira das questões que eu quero ver esclarecida.

Segundo ponto, para a construção dos passadiços, não foi abatido nenhuma árvore porque os passadiços têm uma forma orgânica à semelhança do que foi feito noutras zonas do país. E estou a



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

transmitir esclarecimentos que o ICNF nos vai mandar oficialmente, para nós podermos aliás, divulgar.

Relativamente à questão dos abates de árvores que existem. Sim, há uma ação florestal independente dos passadiços, que já deveria ter acontecido há cerca de dez anos, que é fundamental para redução da densidade, para potenciar que as espécies próprias e prioritárias, como o zimbro, como o azambujeiro, possam surgir do subcoberto. Aquilo estava tão denso que o sol não passava e a biodiversidade estava em risco por causa daquela densidade. Cuidar de um património que nós amamos, não é abandoná-lo. Garantir que não há espécies invasoras, é fundamental para que a biodiversidade se possa desenvolver.

Todo este projeto está a ser acompanhado agora, mas também será no futuro, com a equipa de sapadores, do ICNF e permita-me que lhe diga que, a Câmara Municipal, aí sim, da sua responsabilidade, também aumentou a sua equipa de sapadores, para poderem acompanhar todo este processo de regeneração. O impacto que tem neste momento, é um impacto circunstancial que, daqui a pouco mais de um ano e meio, dois anos, estará totalmente refeita. Já para não falar, a retirada da densidade e este processo foi um processo que também envolveu a Proteção Civil, também envolveu os Bombeiros, é a melhor salvaguarda para evitar que um dia um incêndio pura e simplesmente, elimine aquele património tão valioso.

Por fim, ao longo das árvores, foram abatidas árvores que estavam em risco de cair. Assim como a Câmara Municipal fez o estudo ao longo da Estrada Florestal, o estudo da saúde de muitas das árvores que ali estavam, e sim, numa ação concertada, planeada, devidamente autorizada, de identificação do abate das árvores que estavam em perigo, das árvores que estavam doentes, com o compromisso de replantar árvores para cuidar da biodiversidade, daquele património natural tão precioso. Sabe para quê? Para que o chapim e outras espécies desde que façam parte do ecossistema natural da Mata dos Medos, se possam instalar, coisa que neste momento não acontece.

Portanto, permita-me com todo o respeito, caro Nuno Dias, eu vejo que tem aqui um Movimento da Defesa da Mata dos Medos, que procure informar-se um bocadinho melhor, que não embarque em todas as teorias do complô que aparecem por aí espalhadas, em todo o lado, e que sim, que este movimento possa ser o movimento, um verdadeiro movimento de proteção da Mata dos Medos e nesse sentido vão perceber que é uma ação fundamental, à semelhança do que foi feito noutros pontos do país e que já vêm tarde, como provaram os incêndios que vivemos há cerca de três anos, que são fundamentais para preservar, para criar formas de segurança e desenvolvimento saudável do nosso património natural.

Defende-se o património cuidando, nunca abandonando e nunca deixando a Mata dos Medos ser um repositório de lixo, de espécies invasoras e de passeios selvagens e piqueniques que podem pôr em risco de um dia para o outro aquela preciosidade.

Portanto, volto a dizer, não, não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas a Câmara apoia tudo o for feito para proteger um património tão importante como é a Mata dos Medos.”

### 5.2.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria só de complementar a intervenção da Senhora Presidente, dando nota de uma área que eu acompanhei no último mandato, que foi sobretudo a Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental, que tem uma relação privilegiada com aquele espaço e com um espaço de usufruto que deve ser ordenado. Eu penso que a preocupação que nos une a todos, quer ao cidadão Nuno Dias, quer a movimento, que pertence, quer todo o cidadão que usufruem e conhece aquela perla do nosso território, percebe que tão fundamental com ter uma área de reserva natural como é a Mata dos Medos, é saber preservá-la, saber projetá-la e ordená-la, para garantir que ela é usufruída de



forma sustentável. Aliás, a Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental da Câmara Municipal, que tem feito um trabalho extraordinário até na criação de alguns percursos pedagógicos na Mata dos Medos, sabe bem, a importância que é, haver um trabalho de pedagogia mas também de ordenamento para garantir que não há aqui uso indevido e desordenado, e verdade seja dita, nós sabemos que o pisoteio que tem acontecido, a utilização como até há pouco identificou de estacionamento desregrado e irregular, esse sim, se calhar é a utilização mais indevida que leva a que se possa pôr em causa um espaço que deve ser preservado e garantido de forma sustentável.

E por isso, apesar de não ser um projeto da Câmara Municipal como aqui já foi dito, foi uma iniciativa e é uma intervenção única e exclusivamente do ICNF, a Câmara Municipal tem todo o interesse em acompanhar a sua realização para garantir que, como estão a transmitir e bem, a preocupação que é garantir a sustentabilidade daquele espaço e usufruto de forma a garantir a sua preservação, seja feito de forma a ordenar a sua utilização. Os passadiços, e eu conheço também os do Paiva, pode-se entender que é só uma questão meramente turística, mas às vezes ajuda a ordenar a utilização de um espaço de excelência, que de outra forma desregrada e desordenada e sem regras, pode levar a uma degradação ainda maior daquilo que é algo que nós queremos fazer exatamente do ponto de vista de salvaguarda, usufruto sustentável e ordenamento sustentável.

E por isso, pela experiência que eu tive ocasião de acompanhar no último mandato e percebendo que também a Câmara Municipal o beneficia destes espaços naturais também do ponto de vista pedagógico e educação das novas gerações, é importante que ela seja feita de forma sustentável e ordenada. E esperemos que esta intervenção promovida pelo ICNF assim o permita e permita também a que quem ali chega, perceba ainda mais as regras da sua utilização e do seu usufruto.”

**6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).**

**6.1 – Deu-se continuidade ao debate conjunto dos pontos 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022, 3.9 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022 e 3.10 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 da WEMOB seriam debatidos em conjunto.**

**6.1.1 - Usaram da palavra os Senhores/as Deputados/as Municipais José Rocha (BE), André Macedo (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Margarida Paulos (PAN), Luís Durão (PSD), Ivo Almeida (PS), Nuno Pinheiro (BE), Joaquim Judas (CDU), Vasco Gonçalves (CDU), João Galdes (CDU) e Ivan Gonçalves (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;**

**6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

**Antes da minha intervenção propriamente dita, sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2022, do Município de Almada, e em relação à forma como a Senhora Presidente da Câmara me respondeu ontem, dizer apenas, o seguinte em jeito de nota prévia.**

**Senhora Presidente, a nossa bancada, a bancada do Bloco de Esquerda, sente necessidade de questionar o executivo e dizer-lhe que qualquer presidente, qualquer executivo, pode ser escrutinado. Ou seja, está sujeito ao escrutínio democrático de qualquer partido da oposição com assento nesta Assembleia Municipal.**

**A Senhora Presidente começa a responder a dizer que nós temos que mudar o nosso discurso ou que temos que mudar o nosso tipo de intervenção. Por um lado, não nos afeta porque somos coerentes com nossa posição. Mas de todas as formas diz-lhe que, quando nós questionamos a gestão do**



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

executivo, a responsabilidade e a função da Senhora Presidente, é dar-nos as explicações, as respostas e as justificações que entender, mas é essa a sua responsabilidade, apenas e só, e não tem que dizer que temos que mudar o nosso discurso ou não, porque nós somos coerentes com a posição que temos tido até agora, nesta Assembleia Municipal.

Dito, dizer que, o sentido de voto do Bloco de Esquerda às Opções do Plano e Orçamento para 2022 do Município de Almada, tem por base um conjunto de princípios que já são conhecidos do anterior mandato.

O rigor das contas públicas, o estabelecimento de prioridades estratégicas que salvaguarda o investimento público no estado social e a execução de um programa que coloque os interesses das e dos almadenses, em primeiro lugar.

O Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas que configura alguns dos seus compromissos públicos para o mandato de 2021/2022, deixou-as bem explícitas tendo naturalmente como objetivo a sua inclusão nas Opções e Orçamento para 2022.

E passo a enumerar apenas algumas:

Reserva de 25% dos fogos para arrendamento a custos controlados no licenciamento para os novos empreendimentos imobiliários turísticos; alargamento do programa de apoio ao pagamento de rendas em situação de emergência social “Almada Cuida” no valor de 200.000.00€ (duzentos mil euros); implementação de um programa municipal de apoio ao arrendamento jovem no valor de 1.000.000.00€ (um milhão de euros); passe gratuito para todas as crianças e jovens em idade escolar e redução do IMI dos 0,36% para 0,35%.

A recusa da inclusão de qualquer uma destas propostas por parte do executivo PS/PSD, obviamente um dos motivos para o voto do Bloco de Esquerda contra as Opções do Plano e Orçamento para 2022 no Município de Almada.

Para além disso, o documento que nos foi apresentado, não responde aos desafios centrais do Concelho de Almada, continua a faltar uma visão estratégica para questões que são fundamentais para o nosso Concelho no que diz respeito à habitação e transportes. Para o Bloco de Esquerda, a política social de habitação de Almada, e em particular tem de ir muito mais longe. E não será certamente através da criminalização da pobreza que se resolverão os problemas estruturais da habitação em Almada.

Consideramos que este executivo camarário tem obrigação de fazer mais e melhor, a cada discussão orçamental é apresentado uma mão cheia de intenções que em pouco ou nada de concreto se traduz. E sem que os problemas centrais do Concelho sejam efetivamente resolvidos.

O Bloco de Esquerda não deixará de apresentar as suas propostas sempre com o propósito de transformar e dignificar a vida dos almadenses.

Dito isto, passemos então ao documento em discussão.

Para 2022, o orçamento prevê um aumento homólogo de 13,5% das receitas de IMT (face ao orçamentado para 2021) e de mais de 6% face às receitas arrecadadas com este imposto ao longo dos últimos 4 anos. Quais os critérios que fundamentam este crescimento, quando todos os indicadores disponíveis ao dia de hoje apontam para uma desaceleração do mercado imobiliário no próximo ano?

O contexto pandémico expôs, de forma ainda mais cruel e evidente, a crescente marginalização que afeta os tecidos sociais mais frágeis da sociedade. Não obstante esta dura realidade, que não se espera que seja infletida ao longo de 2022, o executivo de Almada prevê aumentar as suas receitas com rendas de habitações sociais em 19,1% face ao orçamentado para 2021 e cerca de 7,9% face ao efetivamente arrecadado ao longo dos últimos 4 anos. O que é que isto nos diz? Que de facto, ser



forte com os mais fracos é uma arma liberal e que não pode deixar de nos surpreender ao ser utilizada por uma força socialista e supostamente de esquerda.

Este orçamento tem uma característica única que o torna único no contexto recente: as verbas provenientes do Plano de Resolução e Resiliência, que contribuem para que a receita de Planos Cofinanciados supere a fatura dos 17 milhões de euros, é um valor impressionante, e que coloca uma pressão acrescida sobre o executivo por duas ordens de razão: Em primeiro lugar, porque destes 17 milhões de euros, mais de 13 milhões são destinados à habitação e, para o Bloco de Esquerda, as pessoas estão em primeiro lugar, a dignidade das famílias está em primeiro lugar, portanto, estas verbas deverão estar no primeiro lugar das preocupações, até porque se o executivo falhar (com já tem falhado sucessivamente ao longo dos últimos anos), não importa a inscrição destas verbas em orçamento, pois as mesmas serão inevitavelmente perdidas.

Em segundo lugar, porque as taxas de execução das despesas de capital do executivo são longe de serem as desejáveis e, neste caso concreto, o PRR não se compadecerá de incompetências, de imprevistos, ou de quaisquer outras desculpas, são, portanto, 13 milhões de euros que têm de ser investidos nos Almadenses.

Apesar de se registar uma quebra significativa das verbas afetas a pessoal contratado a termo (menos 48,0% face ao orçamento para 2021 e menos 30,7% face ao valor médio orçamentado nos últimos 4 anos), a verdade é que este valor continua cerca de 22% acima do executado nos últimos 4 anos, o que não deixa de ser dececionante, podia e devia-se ter ido mais além.

Mas mais preocupante do que a falta de coragem evidenciada pelo executivo na crescente dignificação das condições laborais da Câmara Municipal de Almada, é inaceitável que no contexto de incerteza laboral que hoje pauta as relações entre trabalhadores e entidades patronais, a Câmara Municipal de Almada tome mais uma vez o lado do mais forte, fazendo crescer em termos homólogos em 63,5% o valor cativado para avenças, um valor que mesmo tendo por base a média orçamentada para os últimos quatro anos, ou a verba efetivamente despendida no último mandato é superior 13,8% no primeiro caso, e 37% no segundo.

Ainda no contexto das relações da Câmara Municipal de Almada com os seus trabalhadores é, no mínimo, dececionante, que o valor inscrito em Formação, seja mais de 66% inferior ao previsto investir em 2021 e 44,5% abaixo do orçamentado nos últimos 4 anos, e falamos de menos de 60.000 euros destinados para a formação de largas centenas de profissionais, que, garantem o normal funcionamento das diferentes instituições camarárias, toca o caricatural, não fosse o assunto tão sério.

Por outro lado, se a precariedade e a incerteza são a nota dominante nas relações da Câmara Municipal de Almada com os seus trabalhadores, o valor afeto a prémios e condecorações é dos mais altos de sempre, mais de 627 mil euros, falamos de um valor de 97,4% superior ao orçamentado para 2021 e 101,6% a mais do que o executado anualmente ao longo do último mandato. A questão que se coloca é: o que justifica este verdadeiro despesismo que em nada contribui para a melhoria das condições de vida dos Almadenses? Em nome da transparência e da seriedade, o que justifica que a verba destinada a estudos e pareceres cresça 22,1% face ao orçamentado para 2021, mas mais preocupante, cresça cerca 165% face ao valor médio anual executado ao longo do último mandato? Porque motivo a Câmara Municipal de Almada necessita de recorrer a entidades externas para elaborar estes estudos? Não poderia recorrer aos seus próprios trabalhadores para elaborar estas análises? Quais os critérios para legitimar este aumento de verbas?

Mas foquemo-nos na visibilidade de Almada, enquanto destino turístico, enquanto polo de formação universitária, enquanto espaço de vida alternativo a Lisboa.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Qual a aposta do executivo na promoção de Almada? Se se olhar para as despesas destinadas a publicidade, poder-se-á constatar que colocar Almada no mapa mundo não é necessariamente uma prioridade para o executivo, uma vez que as verbas destinadas a esta rubrica com 17,8% face ao último orçamento e são mais de 36% inferiores ao cabimento orçamental médio do último mandato. (poder-se-á sempre considerar um ajustamento face à realidade, uma vez que as taxas de execução desta rubrica eram tendencialmente baixas).

Saúda-se o aumento significativo de verbas para as instituições sem fins lucrativos, com um aumento de 21,3% face a 2021 e de 37,2% face à média orçamentada no último quadriénio, naturalmente na expectativa de que estas verbas consigam suportar muitas das necessidades de primeira necessidade de muitas famílias almadenses.

Solicitam-se esclarecimentos adicionais sobre a verba destinada a Encargos com cobranças de receitas, uma vez que este valor cresce 14,3% face ao último orçamento e aproxima-se dos valores efetivamente gastos pelo executivo ao longo do último mandato. O que falha para não se conseguir otimizar este processo que, desde há muito, é um sorvedouro de recursos públicos? O que é que a Câmara Municipal tem feito para minorar as verbas destinadas a esta rubrica?

E já agora, Senhora Presidente, queria também lhe colocar aqui uma outra questão e gostaríamos que nos respondesse se possível, dos 13.316.520.00€ (treze milhões trezentos e dezasseis mil e quinhentos e vinte euros) previstos para 2022, e em termos do PRR habitação, quanto é que já foi aplicado em 2021? Uma vez que o Senhor Vereador Filipe Pacheco, afirmou aqui nesta mesma Assembleia Municipal, parte destas verbas já estariam a ser aplicadas este ano. Destes 13 milhões quais as verbas que se destinam a colmatar a desresponsabilização da Câmara Municipal, ao longo do último mandato, uma vez que a diferença entre o orçamentado e o executado em sede de reabilitação do parque habitacional camarário, ascendeu a cerca de 3,7 milhões de euros.

Dado preocupante, sobretudo num contexto em que as Freguesias têm cada vez mais responsabilidade e assumem cada vez mais funções operacionais, qual a explicação para que as transferências correntes para as Freguesias sejam 21,3% inferiores às orçamentadas para 2021 e as transferências de capital 17% abaixo do inscrito no ano passado? O que mudou? "

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Discutimos e votamos hoje esta proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2022, debaixo de um clima de grande incerteza e fragilidade. É ainda incerta a magnitude dos impactos quer ao nível da saúde pública, quer ao nível económico da nova variante de COVID 19 no nosso país, sendo a perspetiva ainda inicialmente, naturalmente, negativa ao nível económico, com as restrições ao comércio que continuam a ser impostas e já iniciaram esta semana e com previsível necessidade de talvez as prolongar durante algumas semanas do mês de janeiro de 2022.

A isto se acresce um cenário macroeconómico internacional desfavorável para a economia portuguesa, com a subida da inflação nos Estados Unidos e na Europa e o aumento dos preços das principais matérias primas e combustíveis. Em concreto no caso do nosso país, esta deterioração da economia internacional já se traduz em várias esferas desde a subida dos preços dos bens de primeira necessidade a que compramos normalmente nos supermercados até coisas mais complexas como o aumento do custo da construção.

Neste momento, começa a perspetivar-se que o ano 2022 ficará marcado por um aumento significativo do custo de vida das populações, com efeitos mais imediatos nas populações mais pobres e desprotegidas e Senhoras e Senhores Deputados estamos aqui hoje a cumprir esta missão de trabalharmos em conjunto para mitigar os efeitos adversos daquilo que não controlamos, mas também para decidir sobre o rumo que o Conselho de Almada deve seguir nos próximos 4 anos. E



por isso, ninguém pode advogar que a Câmara Municipal de Almada, pode governar em 2022, com o Orçamento de 2021. Porque quem o fizer, estará simplesmente a enganar a população do nosso Concelho e a adiar a implementação de soluções que há muitos anos já deviam estar definidas.

O ano de 2022, será também um ano em que continuaremos a atravessar um período extraordinário da nossa história e por isso é importante que a Câmara Municipal de Almada, esteja dotada de um orçamento capaz de responder aos desafios e necessidades das populações, de estar ao nível das suas expectativas e de cumprir o programa para o qual foi mandatada pelos almadenses no passado dia 26 de setembro, que foi o programa do Partido Socialista.

Senhoras e Senhores Deputados a Câmara Municipal de Almada apresenta-nos em 2022, o maior orçamento inicial de sempre, com uma despesa planeada de 142.000.000.00€ (cento e quarenta e dois milhões de euros) que é revelador da ambição deste executivo em cumprir o programa pelo qual foi sufragado. Mas também, da sua consciência social e capacidade de boa gestão dos recursos públicos, não perdendo uma oportunidade para fazer uso devido de todos os instrumentos à sua disposição, nomeadamente, do Plano de Recuperação e Resiliência.

No que toca às receitas orçamentais, o PS reconhece que o chumbo do Orçamento do Estado para 2022, gerou incerteza e até acaba por ter impactos negativos no planeamento deste orçamento nomeadamente, ao nível das transferências correntes provenientes da Administração Central que se manterão idênticas às programadas no Orçamento de 2021.

Também não somos indiferentes ao facto, de a maior fatia de receita do orçamento de uma Câmara Municipal, serem impostos diretos que são à volta de 40% no caso de Almada, e dos quais destacam o IMT e o IMI, naturalmente, a incerteza relativa à atividade económica, nomeadamente, o setor imobiliário, cuja atividade bastante contribuiu até a 2020, para um aumento das receitas municipais em termos de IMT para todas as Câmaras Municipais do nosso país, em particular também da Câmara Municipal de Almada, obriga a que a Câmara planeie estas receitas com alguma prudência e por isso achamos, que este não seja o momento mais adequado para se promover alterações significativas ao nível fiscal.

Baixar impostos é sempre uma medida popular, desde 2017 o PS em Almada sempre baixou os impostos da forma mais difícil, isto é, sem que isso implicasse a redução da qualidade do serviço público prestado à população, baixar impostos tem sempre um custo associado do lado das despesas e os mais prejudicados de forma imediata com redução dos impostos geralmente são as populações mais pobres e menos protegidas. Nunca é demais lembrar a título de exemplo, que na semana passada, no mesmo dia em que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa anuncia com poupa e circunstância, o aumento da devolução do IRS aos lisboetas, a Câmara Municipal de Lisboa também anuncia de forma bem mais discreta, que iria reduzir a comparticipação dos testes de antigénio à COVID 19 nas farmácias do Concelho de Lisboa. Um programa de testagem à COVID 19 universal e gratuito, que tinha sido implementado pelo anterior executivo do Partido Socialista, liderado por Fernando Medina.

Por isso, o PS apoia a prudência deste executivo na gestão das receitas municipais com vista a continuar a assegurar a qualidade dos serviços prestados, bem como a boa gestão das contas do Município de Almada.

O PS aliás, não quer deixar de saudar o executivo municipal, pelos bons resultados alcançados pelo Município de Almada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses para o ano de 2020. Os resultados desta análise à saúde financeira das Autarquias Locais em Portugal, indicam que Almada é o 6º Município a nível nacional com melhor saúde financeira, o 3º melhor na Área Metropolitana de Lisboa, apenas atrás de Sintra e Oeiras e o melhor em toda a Península de Setúbal.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Deputados, isto é também um orçamento em que são visíveis os efeitos positivos dos fundos europeus e do PRR. Com incremento das transferências de capital essenciais para implementar a Estratégia Local de Habitação em cooperação com o IHRU.

Muito se falou do PRR nos últimos meses como instrumento de campanha, mas em breve, em 2022, esperamos começar a ver um pouco por todo o país, mas também de forma muito relevante aqui no Concelho de Almada, o quão importante este programa é não só para a recuperação do choque pandémico, mas também para a resolução de problemas estruturais que durante quatro décadas forma ignorados pela gestão da CDU no Concelho de Almada.

Do lado da despesa o PS quer destacar o aumento de 11% na globalidade, por um lado, com o aumento de 5% na despesa corrente, fruto das medidas do Governo do Partido Socialista que aumenta o salário mínimo e aumenta em 0,9% os salários da função pública, por outro, o aumento do investimento em 28% para os 48.000.000.00€ (quarenta e oito milhões de euros).

Gostaríamos naturalmente de destacar a importância que é dada à área da habitação que acaba por captar cerca de 30% do total do investimento, num valor de cerca de 16.000.000.00€ (dezasseis milhões de euros). Neste eixo o PS quer destacar a importância do PRR, que tem um contributo bastante positivo, cerca de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), no financiamento previsto para a habitação em 2022, e dos quais destaca naturalmente, a obra de reabilitação no Bairro do 2º Torrão, uma questão que há muito se anseia por se ver resolvida neste Concelho.

Senhoras e Senhores Deputados, quando há fundos e fontes de financiamento como o PRR, seria inconcebível que não existisse vontade política para resolver um dos flagelos mais antigos do nosso Concelho.

Por fim, o PS quer destacar o cariz social destas Grandes Opções do Plano e Orçamento. Na análise por objetivos em comparação com o ano anterior, este orçamento apresenta um reforço de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) na área da solidariedade, inclusão e habitação, que passam a ocupar 12% do total da despesa, naturalmente este aumento é fruto do investimento na área da habitação, que é uma questão que esperamos que passe de palavras e Sound bites a um problema erradicado até ao final deste mandato. A habitação foi uma das áreas mais discutidas durante a última campanha eleitoral por parte de grande parte das forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal, e reconhecemos que algumas delas partilhem das mesmas preocupações que o Partido Socialista. E por isso, o PS conta com o apoio dessas forças políticas na viabilização deste Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Não chega encher de discursos com expressões como direitos dos trabalhadores, e combate à pobreza. Quando não se quer aprovar um dos orçamentos com cariz mais social alguma vez apresentados nesta Assembleia Municipal. Esperamos poder contar com o apoio das forças políticas que se reveem nesta matriz de intervenção e que possam dar o seu respaldo a este orçamento com o seu voto favorável nesta Assembleia Municipal.”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento que é apresentado pela Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal, é um orçamento que ficará marcado por um orçamento que vê reforçado nos seus montantes finais, valores correspondentes ao Programa de Recuperação e Resiliência, o conhecido PPR e que têm de ser aproveitados e aplicados de forma eficaz e com verdadeiros benefícios para as populações.

São mais de 140.000.000.00€ (cento e quarenta milhões de euros) que o executivo camarário tem ao dispor para investir no desenvolvimento do Concelho, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos almadenses e criar mais oportunidades de investimento e atração de negócios que



fomentem o dinamismo empresarial, mais competitivo e mais sustentável. Um orçamento que prevê uma receita muito acima das despesas, é sem dúvida um orçamento equilibrado, mas que continua a ter maioritariamente como fonte de receita, aliás, como em grande parte dos Municípios Portugueses, os impostos diretos que são cobrados aos cidadãos nomeadamente, o IMI, o IMT, o IUC e a Derrama sobre as empresas correspondendo como é apresentado na proposta, 42% dessa receita.

Desta feita, apostar na criação de riqueza no desenvolvimento sustentável da economia local e no apoio a quem mais precisa, deve ser o desígnio a que as Autarquias têm de estar preparadas e direcionadas, a fim de criar condições para que as receitas em impostos diretos possam encurtar em favorcimento por via da captação de receita de outros investimentos. No mesmo orçamento do lado da receita, têm ainda peso as transferências correntes e de capital, tal como os demais fundos europeus ou financiamentos operacionais nacionais, que cobram uma parte da receita para a implementação e conclusão de obras estruturais e de benefício para o Concelho de Almada.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, tem ao seu dispor um orçamento arrojado, sabendo-se de antemão que o ideal seria muito mais para se conseguir concretizar todos os projetos que faltam para desenvolver e criar uma Almada mais moderna, capaz de competir na Grande Área Metropolitana, com as grandes cidades do País e porque não com as grandes cidades europeias. É preciso acreditar. Mas, mais do que acreditar é preciso fazer. E para fazer há que dar continuidade ao investimento nas pessoas e nas famílias do Concelho, olhando para as mesmas com o objetivo prioritário sentado nas políticas locais, na busca da melhoria da qualidade de vida dos almadenses. Sabemos que se vive um momento de tempos conturbados, difíceis, e inesperados, que puseram à prova as capacidades não só do Estado, mas também nas Autarquias que tiveram que adaptar as suas prioridades, os seus projetos, os seus investimentos, consoante as necessidades com que se foram deparando. A acrescer à grave crise de saúde que o Concelho, o país e o mundo atravessa, temos ainda o Orçamento de Estado e um novo Governo suspendo por algum tempo, que direta ou indiretamente pode ter implicação nos investimentos das Autarquias. Todavia, quer a pandemia que assola o país e mesmo a ausência de um Orçamento do Estado e de um Governo que o possa gerir, não podem servir de desculpas para que as Autarquias não façam as melhores escolhas daquelas que deverão ser as suas prioridades.

Assim, e com o objetivo de minimizar os impactos negativos que direta ou indiretamente a COVID 19 trouxe aos almadenses, quer na sua saúde, quer na economia local, o Orçamento para 2022 deve ser reforçado. O investimento aos apoios sociais, na saúde e nos cuidados básicos dentro das competências e atribuições da Autarquia, para que nenhuma família fique para trás sem o apoio e sem a qualidade de vida mínima de subsistência. O CDS-PP reforça ainda que, sempre que possível e viável, mesmo que a Autarquia não tenha essa atribuição e sempre que a Lei o permita, deve a mesma substituir-se ao Estado na assistência aos mais desfavorecidos, numa verdadeira solidariedade e responsabilidade social.

O CDS-PP, alerta para o muito que ainda há por fazer no espaço público, na requalificação de vias e acessos e estradas no Concelho, mas também por um enorme flagelo com que vivem ainda muitas famílias em Almada no que respeita à habitação. A sua requalificação e mesmo mais importante, a falta dela, atirando muitas famílias para fora do Concelho, separando e desmembrando-se lados sociais e comunitários de vizinhança há muito implementados.

Acresce a este problema a grande quantidade de barracas que se foi deixando criar durante décadas no Concelho e que nem o Estado, nem a Autarquia conseguiram resolver. Deixa Senhora Presidente um desafio autárquico enorme, mas sobretudo solidário e humanista para concretizar.

A nível da saúde é preciso dar continuidade a todos os apoios implementados do combate direto aos problemas criados pela pandemia quer também e muito importante, o apoio a outros problemas de



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

saúde que não podem ficar para trás. Pois são tão ou mais problemáticos e fatais que a COVID 19. E aqui Senhora Presidente, o CDS-PP lembra que não pode nem deve haver dogmas ou estigmas no que respeita à colaboração em complementaridade com o sistema de saúde privado ou social, quando o Estado não consiga dar respostas adequadas ao cidadão.

Também ao nível da economia e empreendedorismo é necessário, como foi desde o início a proposta do CDS-PP, e que depois a Câmara Municipal, devidamente enquadrada na Lei implementou, no apoio forte junto do setor empresarial, nomeadamente, os pequenos empresários, grosso modo, do Concelho, verdadeiros criadores de postos de trabalho que continuam a sofrer com as incertezas que o futuro se lhes depara. A par disso Senhora Presidente e em paralelo com as responsabilidades diretas da Autarquia no desenvolvimento do Concelho, é necessário que o Município de Almada tenha uma voz assertiva junto do Poder Central seja que Governo for, na concretização de projetos adiados, tais como a retirada da GNR do Castelo de Almada, a requalificação do novo Terminal de Cacilhas, o possível túnel Trafaria/Algés, a extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica e também às União de Freguesias de Charneca e Sobreda, ou ainda o tão desejado Centro de Saúde do Feijó, e a implementação de mais médicos de família para o Concelho, só para dar alguns exemplos.

Em suma, todos sabemos que Almada é há muitas décadas um Concelho adiado comparando com os maiores Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, tal como Cascais, Oeiras e até Loures.

Sabemos também que, atingir esse desequilíbrio não se faz num mandato nem em 4 anos. Que fique certo que o CDS-PP, parte para este orçamento de início de mandato, de forma responsável e com espírito de política positiva, em busca de convergência e de pontos que possam congregar ideias e proposta, com o objetivo primordial de desenvolvimento do Concelho, não obstante, o seu espírito crítico construtivo e o seu trabalho permanente junto das populações do Concelho, ouvindo os seus problemas em busca de melhores soluções.”

### 6.1.1.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da nossa análise da proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento, gostaríamos de salientar a abertura demonstrada para apresentação de propostas pelos restantes partidos, algo que se iniciou o ano passado e esperamos ver continuado e com resultados práticos.

Neste âmbito, o PAN apresentou trinta e uma propostas, muitas delas de reduzido impacto orçamental, mas com potencial elevado na qualidade de vida dos munícipes, na proteção ambiental e bem-estar animal.

Consideramos que os últimos quatro anos foram quatro anos em que pouco se avançou na área da proteção animal, tendo por isso, muitos dos problemas sofrido um agravamento, que só não é maior devido aos cuidadores e associações de proteção animal.

As matilhas continuam a aumentar tanto em número como em animais, sem qualquer assistência ou cuidados básicos de saúde. A armadilha que foi colocada perto das praias, para além de muito reduzido o uso, não teve qualquer impacto na resolução do problema tendo sido as cuidadoras e o Provedor a resolver muitas das questões relacionadas com as matilhas. As colónias de gatos continuam a aumentar sem que exista um programa sério de esterilização, acompanhado da respetiva identificação dos animais em nome do Município, desparasitação e vacinação, para que os mesmos possam viver na rua de forma saudável ou em alguns casos serem adotados.

E falando em esterilizações, ontem o Senhor Vereador Filipe Pacheco, referiu que em 2021 foram esterilizados no Serviço Veterinário Municipal 587 animais. Número que consideramos muito baixo e que fica muito aquém das necessidades do Concelho para um controlo efetivo das colónias.



JK

Em 2020, segundo dados disponibilizado pela DGAV – Direção-Geral da Alimentação e Veterinária, foram esterilizados em Almada, 308 animais, recolhidos 54, adotados 26. Estes números quando comparados com outros Municípios, mostram a ineficiência do que foi feito em Almada e a necessidade de mudança. Senão vejamos, em Braga foram recolhidos 542 animais, adotados 485; em Évora, foram recolhidos 483, adotados 470 e foram esterilizados 1101. E finalmente em Lisboa, foram recolhidos 1613, adotados 1488, esterilizados 1439. Volto a referir os números de Almada, apenas para comparação, recolhidos 54, adotados 26, esterilizados 308.

O Regulamento do Cuidador, continua sem sair do papel, deixando as cuidadoras desamparadas e desesperadas, pois apesar de cuidarem dos animais que são da responsabilidade do Município, são muitas vezes insultadas, tendo de assistir tantas e tantas vezes à destruição dos abrigos precários para os animais que protegem e ao seu envenenamento.

O Centro de Recolha Oficial, continua a não dar resposta aos munícipes que encontram um animal abandonado porque está sempre sobrelotado, assim como não dá resposta às denúncias efetuadas de maus tratos ou negligência, mantendo uma postura que em nada defende aqueles que deveria proteger, os animais.

Apesar da campanha de sensibilização contra o acorrentamento, que saudamos, continuamos a ter centenas de animais acorrentados no nosso Concelho, prática absolutamente cruel e que tem que ser erradicada.

É por isso com alguma esperança e agrado que olhamos para o aumento de medidas de proteção animal no orçamento de 2022, nomeadamente a tão esperada construção de um novo Centro de Recolha Oficial, na Quinta da Alembração, no Feijó, a criação de um centro de recção temporário de animais silvestres, ou a implementação do cheque veterinário e do Regulamento Bem-estar Animal, medidas também propostas pelo PAN no mandato anterior e que vemos agora, finalmente saírem do papel.

Na área ambiental, apesar de reconhecermos algumas propostas como sendo positivas, por exemplo, a implementação da estrutura ecológica municipal e a rede de corredores ecológicos ou o desenvolvimento do Plano Municipal de Arborização, achamos que é necessário ir mais longe, procurando transformar Almada numa cidade sustentável, onde se dá prioridade às pessoas em detrimento dos automóveis, onde se dá prioridade às árvores em detrimento dos parques de estacionamento, onde se dá prioridade ao espaço público em todas as suas vertentes.

Consideramos fundamental que a requalificação e recuperação de espaços públicos seja feita de forma integrada.

Assistimos à requalificação da Estrada Florestal com melhor piso para os automóveis, e uma ciclovia, é verdade, mas ao lado da Estrada continuamos a conviver com inúmeros animais a viverem acorrentados e sem quaisquer condições de bem-estar, continuamos a conviver com plantações enormes agrícolas que utilizam pesticidas e contaminam o solo e o ar, em plena Reserva Agrícola Nacional e Área Protegida, e continuamos a conviver com enormes quantidades de lixo que são depositados por ali.

A proposta do executivo de valorização integrada da atividade agrícola nas Terras da Costa, parece-nos uma boa oportunidade para que a forma como esta zona é utilizada comece a mudar.

A nível da educação, saudamos os esforços feitos na remoção do amianto e o investimento na requalificação do Parque Escolar que era absolutamente fundamental. Gostaríamos, no entanto, que houvesse uma maior atenção sobre a formação de cidadãos futuros com valores que procuramos promover, nomeadamente, através da implementação o Programa Educativo Municipal para educação ambiental e proteção animal.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E finalmente na área social, vemos com agrado o apoio às comunidades desfavorecidas, com planos integrados em várias áreas, assim como investimento em fogos municipais e na sua reabilitação ou o Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade do Concelho de Almada.

Continuamos, no entanto, preocupados com o mercado imobiliário em Almada e com a quantidade de munícipes que não consegue ter acesso a uma habitação digna, devido ao elevado custo das mesmas.

Preocupa-nos também o ritmo de construção em determinadas áreas do nosso Concelho, como por exemplo, na Aroeira, estando a desaparecer inúmeros espaços verdes com o derrube diário de pinheiros e o desaparecimento da biodiversidade daquelas zonas.

Assim, e apesar da reserva que temos em determinadas áreas, e de gostarmos ver outras irem muito mais longe nos seus objetivos, iremos votar favoravelmente o Orçamento, uma vez que vemos medidas importantes e para as quais temos trabalhado incluídas neste documento. Deixando, no entanto, a nota de que é necessário de facto avançar nestas matérias sob pena de vermos a nossa reposição no futuro.”

### 6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta de orçamento hoje apresentada, é o reflexo do trabalho conjunto de dois partidos em prole da nossa cidade. Continuar num capítulo de crescimento e de mudança, com o objetivo de tornar Almada um lugar melhor para viver, trabalhar, investir e visitar.

Este é o maior orçamento camarário de sempre, não apenas em valor os cerca de 142.000.000.00€ (cento e quarenta e dois milhões de euros), mas porque a sua grandeza advém principalmente na ambição dos seus objetivos traduzidos nos eixos estratégicos desta proposta. A discussão e o documento aqui que estamos a ver é o reflexo de uma nova Almada, que consegue conciliar o interesse público e o privado, garantido novas oportunidades à classe média, às pequenas e médias empresas, não esquecendo os mais necessitados que são os que mais sofrem, em especial, com a atual crise pandémica.

Deixando estas considerações iniciais, a bancada do PSD faz os seguintes comentários sobre a proposta de orçamento apresentada.

Sobre a receita. É importante referir que estamos perante o maior Orçamento Municipal de sempre porque temos uma segunda oportunidade. Sim, uma segunda oportunidade, uma segunda oportunidade de utilizar fundos europeus decorrentes do PRR para reconstruir o nosso país e mais importante a nossa cidade. Todos aqui presentes em especial todos os membros da Assembleia Municipal, têm o dever acrescido de fiscalizar a execução e a aplicação dos novos fundos comunitários, garantindo que todo este processo como princípios de independência, transparência, de forma a não cairmos nos erros do passado.

No que refere à receita fiscal esta continua a ser a principal receita do Município, representando 42% do orçamento, onde o IMI e o IMT, continuam a ser os principais impostos geradores de receita.

O PSD, desde o último executivo, tem batalhado por uma diminuição da carga fiscal municipal, garantido um alívio fiscal a todos os cidadãos proporcionando uma maior liberdade financeira aos contribuintes, criando ao mesmo tempo condições propicias para atrair empresas e novos postos de trabalho no nosso Concelho.

Sabemos que o orçamento para 2022 não contempla alterações significativas ao quadro fiscal municipal, em virtude das incertezas resultantes da crise económica decorrente da crise pandémica.



Assim, o PSD compreende que 2022 seja um período de estudo e planeamento, mas não esquecemos o que prometemos aos nossos eleitores, de continuar a promover uma nova política fiscal, municipal, que contribua para um novo modelo de desenvolvimento autárquico, assente na capacidade de potenciar a criação de valor, como mais empresas e melhor emprego, sem aumentar impostos ou taxas municipais, sem aumentar impostos ou taxas municipais, gerar mais receita para a autarquia e com isso investir mais nas pessoas e na sua qualidade de vida.

Assim, o PSD como enunciado no seu programa eleitoral, vai continuar a defender a redução da taxa do IMI para os 0,35%, bem como a taxa de devolução do IRS estipulada nos 2,5% que queremos atingir.

Do lado da despesa, o PSD tem a destacar o reforço da rúbrica das transferências correntes, de forma a garantir fundos necessários ao apoio socioeconómico, no âmbito do combate à pandemia, e no campo das despesas de capital é importante realçar as despesas destinadas à melhoria do espaço público onde algumas intervenções foram impulsionadas pelo próprio PSD, como a intervenção da Avenida do Mar, a reabilitação da Estrada Florestal, e também existem outros projetos de natureza ambiental, para tornar Almada mais verde que queremos que sejam cumpridos, como a necessidade de incrementar corredores verdes, a reabilitação dos parques urbanos de proximidade, a requalificação o Jardim Dr. Alberto Araújo e outros que já estão a decorrer como a substituição da iluminação pública por iluminação Leeds, para além de ser benéfico para o meio ambiente, cria uma poupança efetiva para o erário público, para a despesa corrente da Câmara Municipal, podendo alocar estes fundos em matérias mais urgentes do Município.

Tudo somado e avaliado, a receita e a despesa corrente, é importante destacar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Existe um superavit, demonstrando que apesar de este ser o maior orçamento de sempre, cumpre as regras de controlo financeiro, o requisito essencial para o PSD e para as pessoas que confiaram o seu voto no nosso partido.

Como referido anteriormente, um orçamento sem objetivos estruturais é um documento inócuo, e o PSD considera que os eixos estratégicos apresentados vão ao encontro das expectativas dos almadenses, sem destacar a aposta contínua e clara em tornar Almada numa cidade cada vez mais sustentável, o que se traduz no reforço do eixo estratégico referente a ambiente, espaço público, espaços verdes, energia, clima e sustentabilidade, perfaz o valor de 15.000.000.00€ (quinze milhões de euros) neste orçamento.

E por outro lado, também, consideramos importante aqui falar sobre as questões referentes à economia, inovação e turismo.

O Município estabeleceu o valor de cerca de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) para este eixo estratégico. Embora seja um bom ponto de partida para o início do mandato, o PSD considera que estas verbas alocadas são insuficientes para fazer face aos desafios de longo prazo no nosso Concelho.

Para exigir retorno é necessário existir investimento, sendo que Almada só será um Concelho atrativo para novas empresas e para turistas se as condições necessárias e os fatores de atração forem criados para o efeito. O processo de dinamização económica e turística, do Concelho é de salientar e até saudar algumas medidas do Município que aliás, foram anteriormente defendidas pelo próprio PSD, como a introdução do balcão do investidor, a estrutura Investe Almada, como plataformas de atração empresarial, de forma a dar a conhecer as vantagens de investir no nosso Concelho, garantindo mais riqueza e emprego qualificado para os cidadãos de Almada. Tal vai consubstanciar a longo prazo uma menor dependência da receita fiscal dos contribuintes individuais. Criar emprego em Almada também é uma medida de sustentabilidade, permite a jovens como eu trabalhar e viver nesta cidade sem ter que se deslocar a outros Concelhos e assim não perde nem tempo, nem dinheiro e mais importante ganha qualidade de vida.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É importante também aqui referir a elaboração do Plano Estratégico para o Turismo, bem como o plano de eventos para divulgar a marca Almada, e de forma a promover a nossa cidade sendo um destino turístico de referência e não se cingindo aqui ao triste facto sermos um destino de fim de semana.

E por fim, importa ainda destacar a necessidade de uma maior dinamização na evolução dos mercados municipais, alguns deles ao abandono, como é o caso do mercado da Trafaria, em que acreditamos que este executivo possa dar uma nova vida, potenciar todo o seu interesse económico e turístico, não esquecendo as pessoas que trabalham lá, que têm os seus próprios negócios, transformando os mercados municipais através de um ponto central das Freguesias.

E por fim, e depois das razões já previamente postas, é importante realçar que somos favoráveis a este orçamento, não porque fazemos parte do executivo, não porque somos uma solução de governação, mas porque acreditamos que este orçamento é um garante efetivo dos interesses dos almadenses, para uma melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos, utentes e visitantes. E é pelos cidadãos de Almada que o PSD aqui na Assembleia Municipal, vai fiscalizar o efetivo cumprimento e as garantias que são dadas pela Câmara Municipal, porque mais importante do que apresentar o maior orçamento de sempre, é apresentar resultados significativos e palpáveis. Isto porque nós no PSD, regemo-nos por um princípio muito simples que todos entendem e entenderão, palavra dada é palavra cumprida.”

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivo Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de destacar aqui algumas Opções do Plano para 2022, mas sem antes dizer o seguinte. 142.200.000.00€ (cento e quarenta e dois milhões e duzentos mil euros), é um aumento de 58% desde 2018, que representa um aumento efetivo de 52.000.000.00€ (cinquenta e dois milhões de euros). Também um aumento de 11% relativamente a 2021, que representa por sua vez, 14.200.000.00€ (catorze milhões e duzentos mil euros). Valores esse que hoje todos nós e todos os almadenses, se podem congratular e dizer com propriedade ainda que se possa repetir que assim não é, mas efetivamente estamos mesmo perante o maior orçamento inicial de sempre.

Aqui no que respeita à habitação, solidariedade inclusão social e habitação, com um investimento de 17.500.000.00€ (dezassete milhões e quinhentos mil euros), nota-se neste orçamento um enfoque muito importante relativamente ao alojamento de urgência temporária. Bom, é verdade que ao longos dos últimos 4 anos já temos conseguido melhorar a vida de muitos almadenses, mas com este orçamento vamos muito mais longe, não só na reabilitação estrutural das habitações, mas também desta vez no interior da casa que muitas pessoas que assim necessitam. Mas mais, mais e melhor apoio social, com a implementação do Cartão Almada, a criação da figura do mediador, e muito importante, muito importante a persecução do esforço da Autarquia ao nível da saúde mental, que poucas ou nenhuma respostas havia até então.

Estas medidas na verdade vêm reforçar a ambição da Autarquia de reverter os problemas que nesta área existem há décadas e que fazem com que várias famílias vivem em condições indignas, isso tinha mesmo que mudar. Este executivo e bem, compreendeu essa realidade, e por isso este orçamento municipal é a primeira e certamente a mais importante chave de continuidade de resposta a estes mesmos problemas.

Este orçamento, oferece ainda uma atenção especial às artes, à cultura e à criatividade, com uma dotação orçamental de 6.100.000.00€ (seis milhões e cem mil euros). Onde se destaca desde logo a reabilitação do Convento dos Capuchos, ou o Arquivo Histórico Municipal. Também é de referir pela sua importância, o lançamento da conclusão do projeto de requalificação do Solar dos Zagallos assim



como o Almaraz. Sim, o Almaraz que tem efetivamente uma imensa dimensão histórica, uma referência absoluta e única na nossa cidade de Almada.

Por isso dou os meus parabéns, muitos parabéns a este executivo, à Câmara Municipal de Almada, porque com este orçamento caminha no sentido correto.

Um outro ponto que me parece de saudação obrigatória, é no que diz respeito aos transportes, à mobilidade e acessibilidade, uma dotação orçamental de 11.600.000.00 (onze milhões e seiscentos mil euros), onde com este orçamento desde logo se aplaude, porque tem de se aplaudir, a extensão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, muito bem como disse a Senhora Presidente, ainda com a articulação do Governo, mas o compromisso está cá. Isso é uma palavra que ninguém pode retirar. Assim como a ampliação do Transpraia da Trafaria até à Fonte da Telha.

E eu vou concluir falando aqui de mais de um ponto que me parece muito relevante que é os serviços públicos e cidadania. Uma dotação orçamental de 69.800.000.00€ (sessenta e nove milhões e oitocentos mil euros) onde se nota que, este orçamento, nota-se neste orçamento uma preocupação do Município em melhorar a comunicação e a relação com o munícipe, desde logo na reconversão do edifício da EDP, como também no projeto para a loja do cidadão, e muito importante, uma melhoria dos serviços públicos prestados nomeadamente, na certificação de qualidade dos serviços de urbanismo o que revela também uma escuta ativa por parte da Câmara Municipal, o que é muito importante.

Concluindo mesmo, mais uma vez fica vincado o compromisso que a Autarquia tem com os seus munícipes, este orçamento é ter a certeza que com responsabilidade porque é com responsabilidade que todos estamos aqui, e é a todos os munícipes que devemos essa responsabilidade, não virarmos costas aos almadenses, especialmente e muito menos numa altura em que tantos almadenses de nós precisam. Muito obrigada à Câmara Municipal, muito obrigada a todos.”

#### 6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O tom das últimas intervenções foi que, estávamos perante o maior orçamento de sempre. Por acaso isso fez-me lembrar aqui uns dias atrás, o orçamento o mais à esquerda de sempre, coisa que não foi demonstrada. Esta é fácil de demonstrar, são números. Eu devo dizer que, é evidente que ter um orçamento maior, é à partida melhor, mas o que interessa mais é o que se faz com ele, e não propriamente o ser o orçamento maior, até porque os dados de execução dos anteriores, não são de forma a deixar-nos satisfeitos. E devo dizer que aquilo que a Senhora Presidente da Câmara disse e com razão, que só se completava quando se pagavam as despesas todas, isso pode ser valido num primeiro orçamento, mas depois nos orçamentos seguintes, a questão vai tendo o efeito dominó e, portanto, digamos que essa questão não se coloca da mesma forma.

Não para retribuir as palavras simpáticas da Senhora Presidente da Câmara, na reunião de ontem, mas, enfim, por ser verdade isto que vou dizer. Devo dizer que, a sua presença aqui no Concelho, me despertou simpatia e um bocadinho a ideia de que estaríamos perante, dada a experiência de vida e dado ter uma experiência de vida diferente de outras pessoas, alguma lufada de ar fresco. Partilho um bocado da mesma ideia, também tenho uma experiência de vida no estrangeiro, e também nos meus planos futuros isso não está excluído. Isto é a propósito da questão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica. Entre os meus planos futuros e uma coisa instrumental no estrangeiro, está a comprar um determinado automóvel não pelo automóvel em si, mas por aquilo que ele me permite fazer. Ora, eu tenho a certeza antes disso, ainda tenho que negociar o mestrado com o meu filho, uma série de coisas, eu tenho a certeza que vou fazer isso antes de haver sequer um mínimo projeto para o Metro até à Costa da Caparica, porque de facto, são promessas, são promessas que não estão assinadas, são promessas que não têm fundamento nenhum.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas eu vinha essencialmente falar de duas questões, educação e património. Devo dizer que estou de acordo com o Plano Estratégico Educativo Municipal, mas esse Plano Estratégico Educativo Municipal, terá que ser algo que vem das escolas para cima e não ao contrario. Não pode ser de forma alguma, algo feito nos gabinetes da Câmara Municipal, não por nenhuma desconfiança com gabinetes da Câmara Municipal, e com os técnicos de educação da Câmara Municipal, que aliás, conheço e são competentes, e entrou um novo Diretor que também o é, mas não é assim que se constrói e tem que ser ao contrario.

Existem nas Opções do Plano, algumas questões relativas à educação. Por exemplo, o alargamento pré-escolar, eu penso que todos estaremos de acordo com isso. Agora, falta dizer como. Como é que se vai fazer isto? Como é que se vai alargar o pré-escolar? Como também não há e temos um problema e é um problema de assimetria e é um problema de desigualdade social, insucesso de formas muito diferentes neste Concelho, temos bolsas de insucesso tremendas, horríveis e não vejo nada em relação a isso. Entre essas bolsas de insucesso, conta-se uma que eu acho que nos deveria envergonhar enquanto autarcas, que deveria envergonhar o Ministério da Educação, onde eu trabalho, que deveria envergonhar o próprio país. Que é, numa das zonas mais pobres do Concelho, temos provavelmente a pior escola do país, a pior escola do país, a pior em termos de instalações. E na zona pior do Concelho, a zona mais pobre, mais degradada, tem uma escola terrivelmente pobre e terrivelmente degrada. O que é que aconteceu? A Assembleia da República aprovou, não há referência a isto aqui, não referência a esta escola, e temos a transferência de competências que nos permite trabalhar com as 2,3 e o que é que aconteceu na Assembleia da República? Foi aprovado um voto para a construção de uma escola nova, que contou com os votos de toda a gente, menos os do PS. Portanto, pelos vistos o PS e Câmara Municipal estão contentes com a Escola Básica da Trafaria, com aquela escola que existe no Bairro do 2º Torrão, enfim, duas situações que nos devem envergonhar.

Em relação ao património, o que é que eu vejo? As intervenções previstas são nos Zagallos, na Casa da Cerca, na Casa Pargana, posso compreende-las, mas Torre Velha, o único monumento nacional do Concelho, não há referência? Há uma pequena referência aos edifícios que estão junto ao Palácio António José Gomes, aliás, eu não sei como é que se consegue ter os serviços municipais e o gabinete da presidência a funcionar ao lado de um edifício que é camarário, que é património, que é classificado e que não tem teto, o teto caiu, portanto, não sei como é que se consegue funcionar assim e já haveria tempo, pode-se dizer que é culpa dos anteriores, mas quatro anos já dava tempo para alguma coisa.

Temos um dos edifícios fundamentais do Concelho, o primeiro edifício em betão armado da Península Ibérica, não há referência? Aliás, fez-me uma pertença requalificação urbana ali que o esqueceu completamente, não só o esqueceu como colocaram os caixotes do lixo enterrados frente ao edifício que é classificado, o que é uma coisa espantosa.

Quanto à classificação de imóveis, eu penso que há uns imóveis que mereceriam ser classificados no Concelho, nomeadamente, o edifício da EDP, que eu penso que é algo que, há projetos para ele, mas eu penso que é algo que temos que lidar com muito cuidado, porque não são edifícios histórica e arquitetonicamente importantes, como é o único edifício com alguma importância arquitetónica na parte central de Almada.

Carta Arqueológica. Isto é dar continuidade à Carta Arqueológica que o Centro de Arqueologia fez e que está há não sei quantos anos para ser aprovado.

Fico com dúvidas em relação a estas coisas. Como há coisas que me parecem um bocadinho a continuação da Mata dos Medos e eu devo dizer que não estou absolutamente nada convencido com os argumentos. Porque estive lá, portanto, não estou absolutamente nada convencido porque estive lá e porque conheço outros projetos, que é um caminho pedonal, ligando as praias da Costa, enfim,



um caminho pedonal as próprias praias são-no, por onde? Pelas dunas? Tal como o Transpraia, vai-se fazer o Transpraia por onde entre a Costa da Caparica e a Trafaria? Pelas dunas? Por cima do paredão? Há aqui uma série de coisas que me levantam imensas dúvidas e que enfim, sinceramente, não só estas, mas outras, porque eu acho de facto, que este orçamento não dá resposta aos problemas do Concelho, não dá resposta à habitação, não dá resposta aos transportes, não dá resposta à mobilidade, pode-se dizer muito que permite que as pessoas do Concelho trabalhem no Concelho, mas de facto, nós sabemos que não vai acontecer nada disso, e não é com este orçamento que vai acontecer.

Eu penso que o nosso voto negativo, o voto negativo do Bloco de Esquerda, se justifica porque de facto, este orçamento pode ser o maior orçamento de sempre, mas não é um bom orçamento.”

6.1.1.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito obrigada Senhores/as Deputados/as Municipais por todas as questões colocadas e eu peço desde já perdão por não conseguir responder a todas, tentando ser absolutamente sintética, apenas porque o Senhor Deputado Municipal José Rocha pediu encarecidamente que lhe respondêssemos, eu vou à forma mais sintética possível quase telegráfica.

Em relação à receita do IMT, arrecadada em 2021, foram mais de 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros) orçamentado para 2022, 21.000.000.00€ (vinte e um milhões de euros). O valor calculado para as rendas foi calculado com base na média dos últimos 24 meses. Os encargos que fala, há encargos muito importantes que são encargos de cobrança, que são os pagamentos feitos à Autoridade Tributária pela própria cobrança dos impostos municipais.

Ainda telegraficamente, quero só dar aqui uma nota. Relativamente às ações de formação, importa dizer que o valor é inferior, dada a pareceria que foi estabelecida com o IFP Formação em diversas áreas, e que não tem encargos financeiros, que é uma formação certificada e isso é muitíssimo importante garantir, eu não tenho dúvidas que temos todos que refletir ao nível dos Recursos Humanos de modo a que as formações que são dadas possam ser valorizadas nas carreiras internas aqui do nosso Município. E dizer que, em simultâneo temos estado em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e com aquilo que são as iniciativas como o FEFAL – Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, que foi criado para dar formação até ao nível da transferência de competências, seja ao nível da digitalização, da modernização administrativa, e, portanto, toda a estratégia de formação nestes próximos anos, vai ser também em função de adaptar os nossos serviços à transferência de competências.

Dar muito resumidamente, uma palavra também ao CDS-PP, dizendo que, agradecendo as palavras e naturalmente, notamos o muito que ainda há para fazer Senhor Deputado Municipal, o esforço para recuperar o atraso de muitas décadas, continua, a energia continua a mesma, a vontade também.

Relativamente à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, agradecer também as palavras e até o voto de confiança, apesar de dizer que nada foi feito nos últimos quatro anos, naturalmente, nós não partilhamos dessa opinião, houve questões muito importantes que foram feitas, também ao nível estrutural, ao nível da organização dos serviços, ao nível da qualificação das condições de trabalho dos trabalhadores do Serviço Municipal Veterinário e isso não é de somenos. A criação do Provedor do Animal, e tudo o que isto criou como forma de agilização dos processos. Temos que ir mais longe, não temos dúvida nenhuma e espero que os primeiros quatro anos semearam muitas iniciativas que eu espero que comecemos a colher e ver de facto, números mais eficazes, para Almada, disso estamos de acordo. Mas a esperança que temos para o próximo mandato, também foi graças ao trabalho que foi feito no mandato anterior.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu de facto, não consigo responder a todas as questões. De qualquer maneira, mais uma vez, foi falada aqui da execução e ontem aliás, foram abordadas as receitas dos fundos financeiros dentro daquilo que é a execução. Permitam-me que vos diga, só uma nota muito clara. Que 2021, foi o terceiro melhor resultado de receitas de fundo financeiro desde 2002. E, portanto, à data de hoje ainda faltam 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) de candidaturas que estão em curso e algumas de facto, transitaram. E em termos de mandatos, receitas de fundos comunitários, no mandato de 2001 a 2005, as receitas foram de 10.457.971.00€ (dez milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e um euros); o mandato de 2005 a 2009, foram de 4.259.000.00€ (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil euros); no mandato de 2009 a 2013, foram de 10.736.000.00€ (dez milhões, setecentos e trinta e seis mil euros); no mandato de 2013 a 2017, foram de 2.075.000.00€ (dois milhões e setenta e cinco mil euros); no mandato de 2017 a 2021, foram de 4.971.000.00€ (quatro milhões novecentos e setenta e um mil euros). E, portanto, esta ladainha de que a execução não é favorável, não corresponde mais uma vez, aquilo que é a realidade. Por outro lado, também permita que lhe diga, que os mapas que os senhores têm, demonstram que a execução do investimento que é a conta 7 da receita aquisição de bens de capital, a dotação atual após revisão é 38.000.000.00€ (trinta e oito milhões de euros). A despesa paga em investimento é de 16.800.000.00€ (dezasseis milhões e oitocentos mil euros).

Não havendo mais tempo, terei todo o gosto de responder pessoalmente ao Senhor Deputado Municipal Nuno Pinheiro, que tudo o que mencionou está no orçamento, mas uma coisa tem razão, não basta pôr os números, é preciso depois executa-lo, e isso é algo que eu alerta desde de início e que é o nosso maior desafio neste momento. Fazer um orçamento é relativamente fácil, o difícil é cumpri-lo, sobretudo, em tempos de grande incerteza como aquele que temos. Nunca escondemos e contamos com todos.”

6.1.1.9 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só umas palavrinhas em relação a algumas matérias que aqui foram colocadas, fundamentalmente sobre as questões da política de habitação.

A CDU tem desde sempre pugnado para que os documentos fundamentais à gestão municipal, incluam expressamente a exigência ao Governo Central, da realização de investimentos da sua competência essenciais à qualidade de vida e bem-estar dos nossos concidadãos.

É assim entre outras, nas áreas da habitação, da saúde, da educação, do ambiente, da segurança e da mobilidade e transportes, mesmo quando estas responsabilidades passaram efetivamente a ser partilhadas por via de alterações do ordenamento jurídico, não poucas vezes adotado à revelia da vontade dos Municípios. Mais do que uma granada de fumo em combate eleitoral, o discurso de responsabilização exclusiva das autarquias, pela concretização das políticas de habitação, não é verdadeiro e corresponde a um grave erro de estratégia e de avaliação. Não é verdadeiro e é um erro no quadro da designada Nova Geração de Políticas de Habitação, tal como não foi verdadeiro no período de vigência no Programa Especial de Realojamento, nem no período que o antecedeu. A partilha de responsabilidades entre o Governo Central e as Autarquias, nesta matéria, teve em Portugal suporte teórico do chamado Livro Branco da Habitação, conduzido pelo já falecido Fonseca Ferreira, no princípio da década de 90 do século passado. Foi acolhida no Programa PER de 1993, manteve-se no PROHABITA de 2004, e está na dita Nova Geração de 2018.

Na introdução ao Decreto-Lei que cria o Programa Especial de Realojamento, na altura da responsabilidade de Cavaco Silva, está escrito e cito: “Segundo o presente diploma, podem ser estabelecidos acordos de colaboração entre a Administração Central e os Municípios, ao abrigo dos quais, aquela, a Administração Central, comparticipa a fundo perdido até 50% do custo de construção dos empreendimentos, sendo que os Municípios podem ainda recorrer em relação aos



restantes custos, a financiamento bonificado a longo prazo". Fim de citação, documento referendado pelo Senhor Presidente na altura, Mário Soares.

Entre 1995 e 2005, a Câmara Municipal de Almada, com gestão de maioria CDU, contraiu cerca de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) de empréstimos para financiar em 50% a construção de 1134 fogos, como constam dos documentos que foram distribuídos acompanhando o orçamento. O custo total de cada fogo construído já entrando em conta com a comparticipação a fundo perdido da Administração Central, terá rondado à volta de 35.000.00€ (trinta e cinco mil euros). À época.

A partir de 2005, os custos reais no setor do imobiliário, para construção ou reabilitação, era incompatível com as disponibilidades de financiamento do Estado, os tais 50%, como ia ficando expresso nas sucessivas portarias, de atualização de preços que foram sendo publicadas. O PER definhou e ficou sem préstimo.

O PROHABITA, 2004, alarga o âmbito das políticas de habitação, mas manteve as mesmas insuficiências e até as agrava, no que refere a financiamento porque reduz a comparticipação a fundo perdido pela parte do Estado.

E é neste contexto, que surgem naturalmente, e em que vivemos, a realidade dos PEC – Pagamento Especial por Conta e depois da TROIKA. Podíamos dizer, recorrendo a uma imagem já aqui usada nesta Assembleia Municipal, mudou a bolha ou a bolha mudou de contexto.

E, portanto, uma coisa é o PER em 1993 a 2005, e outra é a realidade de 2005 para a frente.

No quadro da designada Nova Geração de Políticas de Habitação, com maior ambição, pese embora a sua inconsequência por excessivo apoio na chamada renda acessível, em diversos aspetos, há uma janela de oportunidade que se abre, mas onde o problema do financiamento subsiste, não é ainda claro o montante total necessário à concretização dos objetivos propostos, nem origem dos financiamentos, na sua globalidade. Não basta haver PRR, é preciso que o dinheiro cá chegue. Almada tem de lutar muito para que a sua Estratégia Local de Habitação, aquela que foi aprovada, se concretize na versão atual, ou com os acertos que a vida venha a aconselhar. Desde logo a questão do financiamento é vital num Município onde de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas, publicados em 15 de dezembro deste ano, os custos de habitação para arrendamento ou venda, é dos mais altos do país. Tendo em conta os objetivos a realizar, a reabilitação não chega. Lembro, que consta do nosso diagnóstico de necessidades habitacionais, na proposta que foi a reunião de Câmara na versão de 29 de abril de 2019, que nós temos para realojamento de residentes em áreas de risco, 477 agregados, realojamento de residentes em barracas 795, realojamento de residentes em barracas em zonas de risco 438, indicados por entidades do Conselho Local da Ação Social, 411 agregados, segmentos prioritários sem acesso ao mercado em Almada, 2000, é estimado, residentes em conjunto urbano consolidado degradado 487, reabilitação de habitação de interesse social, 4979 num total de 8010 agregados a apoiar em dois períodos, até 2025, o tal período de vigência do PRR, e depois até 2029. Portanto, um enormíssimo esforço que é necessário fazer.

Está agora em fase de lançamento a 1ª empreitada para concessão construção de 95 fogos de habitação social, há ainda muito caminho para andar, matéria para esclarecer e obra para fazer. O que está no orçamento municipal, reflete grandes incertezas, incerteza na palavra sucessivamente aqui afirmada e naturalmente isso preocupa-nos. Mas lembrar, que é nas incertezas em que também aqui a nossa vontade se tem que afirmar.

O discurso voluntarista e de autossuficiência municipal nesta matéria, já aqui ilustrada, até já hoje na intervenção de um Deputado Municipal da maioria, tem que ser definitivamente afastado. O problema não está só na injustiça da avaliação que se faz sobre o passado, mas também e sobretudo, na atitude que perspectiva sobre o futuro. A seguirmos por esse caminho, não vamos lá chegar, nós não queremos ir por aí. Se queremos efetivamente arregaçar as mangas, então, desde já, estamos



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

disponíveis, para no quadro desta Assembleia Municipal, encontrar as formas de mobilização dos recursos e forças, para que o direito à habitação seja uma realidade para todos, também Almada designadamente, para a dona Olga que esteve aqui no 1º dia da nossa reunião.”

6.1.1.10 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não posso deixar de saudar e digo-o sem qualquer ponta de ironia, saudar o esforço da Senhora Presidente, para responder às perguntas dadas com o tempo que dispunha para o fazer. De todas as formas, não posso deixar de lamentar, porque de facto, algumas questões que aqui coloquei sobre as quais gostaria de ter sido esclarecido, particularmente esta última, porque de facto, despertou-me algum interesse uma vez que o Senhor Vereador Filipe Pacheco, tinha afirmado nesta Assembleia Municipal que parte das verbas dos 13.316.520.00€ (treze milhões, trezentos e dezasseis mil e quinhentos e vinte euros), parte destas verbas já estariam a ser aplicadas em 2021, peço desculpa se estiver errado, eu penso que foi isso que aqui foi dito, ou então fui eu que percebi mal, mas que parte destas verbas já estariam a ser aplicadas de todas as formas já não há tempo para responder, portanto, já não serei esclarecido.

De qualquer maneira, e nós vamos sempre dando uma vista de olhos aos documentos, e como o tema da habitação nos é muito caro, eu queria deixar aqui uma última nota sobre a verba destinada à reparação de habitações sociais. Ela cresce de facto, 1546% face ao executado anualmente ao longo do último mandato, e sim, é uma verba crítica para dignificação das condições da vida de muitas e muitos almadenses. Sim, é uma verba justa que contribuirá também para a dinamização e reabilitação urbana em Almada, mas este esforço não só é suportado por verbas europeias cuja aplicação não pode ser adiada, como o fosso que este orçamento vem colocar a nu, é revelador do pouco que foi feito ao longo dos últimos quatro anos.”

6.1.1.11 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho trazer aqui uma preocupação sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2022, dos Serviços Municipalizados, a preocupação pela ausência que já não é de agora, do planeamento na renovação da infraestrutura de abastecimentos da água e da rede de esgotos de Almada Velha. Como sabemos a intervenção antiga já é antiga, e poderá começar a dar problemas e há uma velha máxima que é muito atual, que é: “prevenir para não remediar”, e então a bancada da CDU tem esta preocupação e queria trazê-la aqui.”

6.1.1.12 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para solicitar nesta altura da discussão, uma vez que estamos no final, julgo eu, a votação em separado do Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal e dos SMAS do Mapa de Pessoal, em ambas as propostas. Portanto, votar em separada os Mapas de Pessoal em ambas as propostas.”

6.1.2 Não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação das Propostas:

6.1.2.1 – O ponto 3.8 relativo à proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022” foi aprovada por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 14 votos contra sendo 9 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA.



6.1.2.2 – O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal foi aprovado por maioria com 34 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 9 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opções do Plano e Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal do Município de Almada para 2022, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 28º a 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-983-GP.*

6.1.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito;

6.1.2.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota contra a proposta apresentada e denominada de “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2022”. O Orçamento apresentado é negligente na sua forma e conteúdo, por não respeitar os Contribuintes que pagam os seus impostos e fazem os seus descontos, não trazendo qualquer alívio fiscal a quem suporta os custos do Estado. A indisponibilidade do Executivo para aumentar a Taxa de devolução do IRS, baixar a Taxa do IMI ou criar escalões que permitam descontos às famílias, com 1 ou mais filhos, é um claro sinal da pouca importância que este atribui aos mesmos. O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que o Orçamento deveria ter ido mais além em muitas outras matérias, especialmente nesta que se encontra em apreço. O que se constata é que há, efetivamente, uma subida nos custos com contratações de funcionários/pessoal, com uma ligeira subida real dos ordenados dos trabalhadores camarários, o que denota uma Câmara Municipal pouco sensibilizada e motivada para cuidar dos postos de trabalho existentes, o que demonstra pela paupérrima modernização operativa e laboral. Grupo Municipal Partido Chega Mandato de 2021/2025 email: PartidoChegaAlmada@Gmail.com A Câmara Municipal teve 4 anos – de 2017 a 2021 - para iniciar um processo real de modernização camarária, o que teria sido essencial/crucial. Hoje, colher-se-iam os frutos dessa mesma modernização. O que se verificou, foi um substancial aumento de funcionários/pessoal, sem um claro ganho de melhoria de serviços para a população Almadense. Alguns aumentos mais recentes com pessoal denotam ainda a evidente necessidade de criar postos de trabalho para os recém-desempregados da Câmara Municipal de Lisboa. Determinados processos camarários permanecem, por outro lado, com níveis de lentidão extremos, com prazos de conclusão Dantescos. Este é mais um Orçamento que não planeia os custos para uma eventual Crise Económica e Social, tendo por suporte, na sua totalidade, os valores que advêm dos Impostos que podem, num futuro próximo, baixar, caso a bolha imobiliária rebente. Com base nas taxas de impostos em que se fundamenta este Orçamento e pelos motivos desde já expressos/elencados, o Grupo Municipal do Partido CHEGA vai votar contra o presente Orçamento.”

6.1.2.3 – O ponto 3.9 relativo à Proposta da Câmara Municipal “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2022” foi aprovado por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 9 votos contra do



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 5 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA.

6.1.2.4 – O Mapa de Pessoal dos SMAS foi aprovado por maioria com 34 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 9 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 2 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada aprova as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2022, ao abrigo das alíneas a) e o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 29º nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas constante do anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, e com o artigo 13º alínea d) e artigo 16º nº 1, da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto;*

*Aprova ainda conceder autorização ao Conselho de Administração dos SMAS de Almada para assumir compromissos plurianuais para efeitos de execução das Opções do Plano para o ano de 2022, que não excedam os € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), ao abrigo do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º, do Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-985-GP.*

6.1.2.5 – O ponto 3.10 relativo à Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 da WEMOB” foi aprovado por maioria com 22 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 9 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 5 abstenções sendo 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte deliberação:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada aprova o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da WEMOB, E.M., S.A., ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b), do nº 2, do artigo 46º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-993-GP.*

6.1.2.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) usou da palavra para uma declaração de Voto;

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado domingo fez três meses que foram as eleições autárquicas em Almada, e nestas eleições os resultados foram parece-me que claros. Os almadenses expressaram livremente aquele que era o caminho que queriam seguir nos próximos quatro anos, deram a vitória ao Partido Socialista, e não deixaram também de castigar, se assim podemos dizer, mas pelo menos representar menos confiança face aquilo que acontecia em 2017 percentualmente, noutros partidos que se apresentaram a estas eleições. E neste orçamento para 2022, aquilo que a Câmara Municipal aqui nos trouxe, nas grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, foi uma visão que plasme aquilo



que está no Programa Eleitoral do Partido Socialista. É por isso, para nós, lamentável, obviamente não contaremos nesta aritmética, o Partido CHEGA não se inclui, não temos grandes expectativas face aquilo que é a colaboração deste Partido naquilo que é o futuro de Almada, mas é lamentável que passados três meses de os almadenses terem escolhido livremente aquele que é o caminho que querem seguir, o Bloco de Esquerda e a CDU, prossigam um caminho de acantonamento que conduz mais uma vez à rejeição daqueles que são as Opções do Plano e daquilo que é o Orçamento para 2022.

Felizmente este documento não chumba hoje aqui, e a Câmara Municipal pode fazer o seu trabalho, pode numa altura que é difícil para o nosso Concelho, fazer face à pandemia, prosseguir os investimentos que estão previstos no PRR. Apresentar-nos aqui o maior orçamento de sempre do Município de Almada, isso é uma boa noticia para os almadenses, mas é lamentável e digo que é lamentável especialmente para mim que me considero alguém de esquerda e não posso deixar também de o pronunciar, não me considero com certeza daquela esquerda moralista que anda com o cronometro a ver quem mais de esquerda nem da esquerda que pede desculpa como já aqui vimos por se dizer de esquerda, ou da esquerda inconsequente que quer tudo mas que ao mesmo tempo quer que não se paguem impostos, mas é lamentável que cada vez seja mais difícil dialogar com os partidos à esquerda, é lamentável que não se consigam construir soluções para o futuro de Almada, à esquerda, é lamentável que não se consigam construir soluções à esquerda para o futuro do país e é lamentável que hoje os partidos aqui em Almada deem uma boa demonstração da sua falta de disponibilidade para estes entendimentos, tal como deram ao longo dos últimos meses no país, o que nos conduz para uma situação que todos conhecemos que é termos umas eleições que ninguém queria, colocam ainda mais incerteza na vida dos portugueses.

E, portanto, Senhor Presidente, este orçamento foi aprovado o Partido Socialista votou favoravelmente, mas não podemos deixar de assinalar que aquilo que seria desejável para o futuro da nossa cidade, era que se conseguisse construir um consenso à volta deste documento três meses depois das eleições, eleições foram profundamente expressivas, daquele que era o caminho que os almadenses queriam seguir e daqueles que eram os caminhos que os Almadenses quiseram censurar.”

**6.2 – Entrou-se nos pontos 3.11 e 3.15 da agenda para apreciação e votação das propostas da Câmara Municipal sobre “Nomeação Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB”; e “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”;**

**6.2.1 – Para apresentar a propostas sobre a “Nomeação do Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB” usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

**6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A apresentação é breve porque a proposta é simples.

Nos termos do nº 3, do artigo 9º dos Estatutos da WEMOB, o Fiscal Único faz parte dos órgãos sociais, o seu mandato é coincidente com o mandato dos titulares dos órgãos autárquicos, podendo ser renovado até três vezes.

O Conselho de Administração da WEMOB, deliberou a 10 de dezembro, do corrente ano, nomear para o mandato autárquico 2021-2025, a Sociedade JMNBST – ROC, representada pelo Senhor Nuno Miguel Borges Alves Pereira, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal aprove a proposta de nomeação do Senhor Nuno Miguel Borges Alves Pereira, Revisor Oficial de Contas, inscrito na respetiva Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 1533, para o exercício das funções de Fiscal Único da WEMOB, S.A., durante o mandato autárquico 2021-2025.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Penso que têm todos os dados necessários, pouco mais tenho a apresentar desta proposta.”

6.2.2 – Não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação da das propostas:

6.2.2.1 – Posta à votação por voto secreto a Proposta da Câmara Municipal relativa à “Nomeação Revisor Oficial de Contas – ROC para a WEMOB” foi aprovada por maioria com 29 votos sim, 6 votos de abstenções e 1 voto em branco, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do nº 2, do artigo 25º e nº 3, do artigo 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, aprova a nomeação do Sr. Nuno Miguel Borges Alves Pereira, Revisor Oficial de Contas inscrito na respetiva Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 1533, para exercício das funções de Fiscal Único da WEMOB, E.M., S.A. durante o mandato autárquico de 2021/2025, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de dezembro que aprovou a proposta nº 2021-974-GP.

6.2.3 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta sobre “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”;

6.2.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que o Provedor do Animal, o Dr. Nuno Paixão, que penso que todos nós já conhecemos bem, graças ao trabalho que tem feito nos últimos anos desde a criação da Provedoria e desde a sua própria nomeação, diz o Regulamento da Provedoria, que ele deve ser confirmado ou aqui votado nas suas funções de Provedor.

Naturalmente, o currículo do Dr. Nuno Paixão já foi aqui muitas vezes apresentado e que vem em anexo à proposta, acho que dificilmente poderíamos arranjar um Provedor com maior currículo, que maior segurança dá, e que aliás, é um almadense de uma dedicação total para aqueles que acham que a nascença deve criar aqui qualquer tipo de exclusividades, como sabem, eu sou por territórios abertos, mas já agora, para descansar todas as almas. Mas o mais importante é a competência e a dedicação que o Dr. Nuno Paixão tem demonstrado.

Para além daquele que é o seu currículo profissional não só ao nível nacional como internacional, sendo aliás, uma das grandes referências do nosso país, ao nível de tudo o que é medicina veterinária e em situações de urgência e catástrofes inclusivamente.

Portanto, nesse sentido, voltamos a apresentar a proposta do Dr. Nuno Paixão para que possa ser o Provedor dos Animais do Município de Almada, que possa continuar o seu extraordinário trabalho junto das associações, junto dos cuidadores, mas junto dos cidadãos, a sua capacidade de diálogo que tem demonstrado, e sobretudo a sua disponibilidade e a sua entrega, a uma causa que é de muitos e que é de nós todos de facto, que é este apoio que também nos tem dado ao serviço Municipal Veterinário e é esta articulação para sermos mais no terreno, que nos permitirá ter aqui também uma política nesta área mais eficaz.”

6.2.4 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN);

6.2.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas referir que foi em 2014, que o PAN nesta mesma Assembleia Municipal propôs a criação da figura do provedor dos animais, que foi finalmente posta em prática em 2019, e também referir que há pouco não dissemos: “que nada foi feito”, mas “que se avançou pouco”.



De facto, a Provedoria foi algo que fez a diferença na área do bem-estar animal, e é por isso que saudamos a proposta para sua renomeação, salientando, no entanto, que é necessário providenciar mais recursos para a Provedoria, atualmente constituída apenas pelo Provedor, para que possa dar resposta às inúmeras solicitações que lhe chegam.”

6.2.5 – Posta à votação por voto secreto a proposta da Câmara Municipal relativa à “Nomeação do Provedor dos Animais do Município de Almada”, foi aprovada por maioria com 24 votos sim, 3 votos não e 9 votos de abstenções, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 2º, nº 1, do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, aprova a nomeação como Provedor dos Animais do Município de Almada, o Sr. Dr. Nuno Gonçalo Paixão Amaral Santos Almeida, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de dezembro de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-928-GP.*

**6.3 – Entrou-se no ponto 3.14 da agenda para apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da Minuta de Adenda ao Acordo celebrado entre a CMA e a REN”;**

**6.3.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro;**

**6.3.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:**

**“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;**

**Trata-se de uma proposta que foi aprovada em reunião de Câmara, de alteração ao Acordo Celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a REN – Rede Elétrica Nacional, que esse Acordo celebrado, obrigou o Município a permitir a utilização do subsolo de terrenos municipais ou do domínio público, para a instalação dos cabos subterrâneos incluindo os da zona que delimita a ex-EN377 e no âmbito da execução dessa obra, as partes obrigaram-se em conformidade com o traçado que foi definido na planta.**

**À data da análise e aprovação da Minuta do Acordo, o traçado em causa foi objeto de verificação, sendo que de acordo com a informação constante do Geoportal do Município de Almada, a rua Francisco de Assis, integrava o domínio municipal público. Veio-se a constatar, no entanto, que o facto não era correto e a Câmara Municipal era apenas prioritária de alguns avos desse mesmo terreno.**

**Esse terreno para além de tudo o mais, era propriedade de um elevado número de coproprietários, o que inviabiliza por completo a passagem do cabo nesse local. Foi encontrada uma solução viável em concreto delimitada em planta anexa que constitui o anexo 1, adenda da qual os Senhores/as Deputados/as Municipais têm cópia, esse terreno é sito na Azinhaga da Regateira, ligará as junções J7 e J8, conforme proposta da REN. Parte deste terreno integra os prédios da propriedade municipal registados no inventário de bens do domínio privado municipal. A União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, enviou um ofício dirigido à Câmara Municipal onde confirma que se encontra disponível para autorizar a utilização do subsolo. A REN compromete-se a apresentar a autorização da utilização do subsolo do terreno propriedade da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, e que passará a integrar essa autorização à adenda que vier a ser celebrada.**

**Cabe à REN também assegurar a obtenção junto das entidades competentes todas as autorizações e/ou licenciamentos necessários para a presente alteração do traçado.**

**Pensamos que esta solução é que melhor defende o interesse público em geral e o interesse das populações servidas por esta infraestrutura.**



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Convém referir que, mantém-se naturalmente, todo o restante disposto no Acordo celebrado entre o Município de Almada e a REN, sendo que a REN também já manifestou a sua concordância quanto à Minuta da Adenda aqui em causa conforme o documento anexo.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra passou-se à votação da Proposta tendo sido aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputada Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 9 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte deliberação:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Minuta de Adenda ao Acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a Rede Elétrica Nacional – REN, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de dezembro de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-943-DIOM.*

6.4 – Entrou-se no ponto 3.16 da agenda para apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Isenção de pagamento de estacionamento para a semana de 2 a 9 de janeiro de 2022”.

6.4.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.4.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta foi distribuída e diz respeito à isenção de pagamentos de estacionamento para a semana de 2 a 9 de janeiro, como todos sabem há um contexto de sugestão de teletrabalho durante esta semana, e, portanto, haver aqui também uma consequente atuação diferente por parte da WEMOB.”

6.4.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a oportunidade que me dá para me dirigir a esta Assembleia Municipal, neste final do ano, naturalmente, para desejar a todos um ano de 2022 muito feliz, cheio de energia, saúde, que é um dos temas centrais, mas também de alegria e esperança.

De facto, 2022 vai ser muito desafiante para nós todos, e eu acho que há um aspeto especial em que todos nós, eleitos, temos uma obrigação especial. Que é no sentido de estarmos disponíveis para a nossa população, para toda a população sem exceção, para enfrentar mais este ano que começa ainda muito marcado por uma pandemia, onde se sente um cansaço pandémico, o cansaço de toda esta situação apoderar-se das populações, dos portugueses, e cabe-nos a nós agentes políticos no melhor sentido da palavra, dar confiança, dar esperança.

Temos um ato eleitoral daqui a um mês, exatamente, são momentos que devem ser celebrações da democracia, eu espero que seja também um momento para que os portugueses perante as várias propostas que têm em cima da mesa, possam voltar a confiar ou confiar de forma redobrada, naquele que é o nosso sistema democrático e político. Cuidado com discursos fáceis, cuidado com o lado de denegrir as conquistas de Abril que foram muitas, cuidado com as banalizações da desinformação, cuidado com diabolizações injustificadas, que tenhamos todos consciência que somos agentes da democracia, somos filhos de Abril, somos filhos da liberdade e estejamos todos à altura de defender esses grandes princípios, nos quais penso que todos aqui acreditamos ou pelo



**MUNICIPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

menos quase todos, aqui acreditamos e que juramos defender ao assumir os nossos cargos para os quais os almadenses nos elegeram.”

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião cerca das 23H35 do dia 30 de dezembro de 2021.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores Senhores/as, Maria Teodolinda Silveira, José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Gabriel Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, José Matos, José Luís Matos, Mara Martins e Fernando Cordeiro Cruz.

9 – Foi verificada a presença de cerca de 10 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

